

## **A Escolha pela Saída da Rua: Desafios de um Abrigo com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua**

Área Temática de Direitos Humanos

### Resumo

Este trabalho relata a experiência de um abrigo situado na cidade de Campinas – SP, que se propõe a atender crianças e adolescentes em situação de rua, inclusive aqueles que são também usuários de substâncias psicoativas. Utiliza-se como metodologia de trabalho no abrigo a Pedagogia da Presença, bem como a Redução de Danos na intervenção em relação ao uso daquelas substâncias. Compreende-se que a proposta de abstinência, por si só, não constitui alternativa adequada para a maioria dos que se inserem nesta população alvo. A partir do desafio colocado para a construção deste trabalho, estabeleceu-se uma parceria com o Núcleo USP/UFSCar do Projeto Metuia, com o intuito de que se elaborem conjuntamente reflexões acerca desta temática e se construa novas metodologias para o cuidado e acolhimento desta população. Como um dos desdobramentos deste trabalho, elaboramos um vídeo, em conjunto com os adolescentes, sobre os porquês da escolha pela saída da rua. Os resultados alcançados, embora ainda preliminares, referem as dificuldades de realização de trabalhos desta natureza: a construção de um espaço de convivência que se aproxime de uma ‘casa’ onde, porém, não sejam perdidas as contribuições técnicas necessárias.

### Autoras

Roseli Esquerdo Lopes - Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação em Educação - Coordenadora do Núcleo USP/UFSCar do Projeto Metuia / Programa de Extensão Metuia – Terapia Ocupacional no Campo Social.

Ana Paula Serrata Malfitano – Mestranda em Educação/Unicamp, Terapeuta Ocupacional do Núcleo USP/UFSCar do Projeto Metuia.

Patrícia Leme de Oliveira Borba - Graduanda em Terapia Ocupacional e Bolsista da Pró-Reitoria de Extensão

### Instituição

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Palavras-chave: crianças e adolescentes em situação de rua; educação não-formal; abrigo.

### Introdução e objetivo

Precariedade e vulnerabilidade extremas fazem parte da vida cotidiana de parcela significativa das crianças e adolescentes brasileiros (Priore, 1999). Para uma melhor compreensão desta problemática são fundamentais os conceitos utilizados por Castel (1994) na discussão da estrutura e da inserção social. Para tal autor, a inserção deve ser analisada a partir de dois eixos: o da relação de trabalho (com uma gama de posições, do emprego estável à ausência completa de trabalho) e o da inserção relacional (também com um leque de posições, entre a inscrição nas redes sólidas de sociabilidade e o isolamento social total). O recorte desses dois eixos circunscreve zonas diferentes do espaço social: zona de integração – onde se dispõe de garantias de trabalho permanente e pode-se mobilizar suportes relacionais sólidos; zona de desfiliação – neste espaço se conjuga ausência de trabalho e isolamento social, implicando uma dupla ruptura das redes de sociabilidade e participação; zona de

vulnerabilidade – que associa precariedade do trabalho e fragilidade relacional (Lopes et al., 2002a).

Este trabalho parte de um olhar compreensivo e crítico em relação à apertação social existente no Brasil, com enfoque na problemática de crianças e adolescentes dos grupos populares dos grandes centros urbanos, que se deparam cotidianamente com o subemprego, a submoradia, a subnutrição, entre outros aspectos. Tais fatos contribuem para a inscrição daquela parcela significativa da infância e juventude brasileira na zona de vulnerabilidade social.

Dentro deste grupo encontramos as crianças e adolescentes que estão expostos a vários tipos de abusos (físico, emocional ou psicológico, sexual), de negligência e de exploração, demonstrando o não exercício social de seus direitos garantidos por lei específica, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/90).

Diante destes sujeitos em "situação peculiar de desenvolvimento" e da violação de seus direitos básicos, é necessário reajustarmos o foco na busca de ampliar a visão e o compromisso técnico e institucional dos profissionais envolvidos em intervenções nessa área. É imprescindível que ocorra uma mudança do paradigma que parte do modelo do dano, que sublinha os comportamentos de risco, para o modelo do desafio, que propõe, na abordagem dos fatores de risco presentes na vida das crianças e dos adolescentes, um conjunto de valores positivos com um poder de envolvimento e de atração sobre aquelas crianças e adolescentes, que tem que ser maior do que aquele oferecido pelos comportamentos de risco.

A opção da rua como espaço de sobrevivência expõe hoje cerca de 90 crianças e adolescentes no município de Campinas a riscos de natureza pessoal e social cada vez maiores, que os comprometem física e mentalmente. Esses dados foram elaborados pela Secretaria Municipal de Assistência Social – Serviço Casa Amarela – em 2001. Foram contabilizados os meninos e meninas que utilizam a rua enquanto espaço de moradia, não tendo sido incluídos aqueles que praticam atividades do mercado informal e retornam para suas famílias.

Isto se dá, em grande parte, pela violação de direitos como o acesso à escola, à assistência à saúde e aos cuidados necessários para seu pleno desenvolvimento, cuidados estes previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Artigos: 15 a 18, Brasil, 1990).

A violência é considerada um grave problema para a saúde pública no Brasil e constitui a principal causa de morte de adolescentes (Minayo e Ramos, 2003). Portanto, há a necessidade do apoio a ações para o atendimento e acolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua, oferecendo espaços de proteção em rede que possam contribuir para a construção de políticas de atendimento mais efetivas e eficazes que garantam o acesso desta população a seus direitos básicos.

Apresentamos aqui um abrigo que compõem a rede intersetorial de atendimento em Campinas as crianças e adolescentes em situação de rua. Atendemos 16 crianças e/ou adolescentes, de ambos os sexos, com idade entre 10 e 18 anos. O abrigo caracteriza-se como medida de proteção provisória e excepcional, que busca, quando possível, a reinserção familiar das crianças e adolescentes atendidos. Além disso, sua medida não implica em privação de liberdade (conforme Art. 101 - Parágrafo Único – ECA, Brasil, 1990).

A instituição em questão reiniciou suas atividades em outubro/2002, o trabalho ali desenvolvido tem se direcionado para a constituição de um abrigo que se caracterize por uma proposta intersetorial que, conseqüentemente, busque parcerias com diversos órgãos e instituições que atendam crianças e adolescentes, e que priorizem sua reinserção social.

Objetivos do desenvolvimento de atividades de extensão no campo social

Com o intuito de buscar auxílio para a discussão do trabalho realizado e para a construção de metodologias participativas de intervenção que contribuam para atingir as metas previstas, firmou-se uma parceria com o Núcleo USP/UFSCar do Projeto Metuia -

Grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte -, através da supervisão técnica, da atuação de estagiários de quarto ano do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar e de ações de extensão e ensino, bem como de proposição de pesquisas que partam de questões pertinentes às problemáticas enfrentadas pela instituição e por suas crianças e adolescentes.

Trabalha-se em parceria com o abrigo pela universalização de direitos de cidadania e para a busca da produção de formas de criação e ampliação das redes sociais de suporte de crianças e adolescentes que lá estão abrigadas a partir:

- da oferta de espaço protegido para convivência;
- do desenvolvimento de proposta pedagógica alinhada com o ECA (Lei 8.069/90);

das diretrizes apresentadas pelo CMDCA (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente);

- do acolhimento em caráter temporário na perspectiva de reorientá-los de forma inclusiva à família e/ou aos recursos comunitários tanto de caráter educacional como terapêutico;

- de ações e atividades internas e externas no que tange a saúde, educação, esporte, cultura e lazer.

Realiza-se neste espaço a sensibilização e formação de estudantes e profissionais de terapia ocupacional para atuar no território, em espaços comunitários e em instituições sociais, capacitando-os para, a partir da demanda da população, contribuir para o equacionamento de suas necessidades e para uma escuta e uma intervenção que se construa com o Outro em seu contexto e história.

Como um dos desdobramentos desta parceria, produzimos um vídeo institucional elaborado a partir do relato dos adolescentes sobre a escolha da permanência no abrigo em detrimento da estada na rua. O vídeo foi utilizado como instrumental de contato com a população, possibilitando a autovalorização e a reflexão das relações e das dinâmicas estabelecidas, possibilitando a elaboração, de forma participativa, de um produto sobre a população em estudo. A linguagem visual apresenta-se como uma possibilidade de criação de sentidos (Lopes et al., 2002b).

## Metodologia

A construção enquanto desafio

O perambular dos meninos e meninas em situação de rua é acompanhado de uma história interna e pessoal comumente marcada pelo abandono e pela violência. Decidir por morar nas ruas, viver em bandos, conhecer este novo mundo, é uma ‘opção’ para a maioria deles, ‘decisão’ à qual se chega após longo processo. Opta-se por deixar de vivenciar diversos tipos de violência e pobreza e por buscar novas alternativas de vida na rua.

Suas redes pessoais e sociais de suporte apresentam-se esgarçadas por contínuas exclusões, tais como as dos equipamentos educacionais, de saúde, de lazer, assim como pela falta de aportes familiares e afetivos. São trajetórias que levam à situação de desfiliação.

A rua abre-se como um novo caminho, permeado, no entanto, de violência e abandono. O preconceito social, a indiferença, a violência física, são vivências às quais são submetidos estes meninos e meninas (Graciani, 2001).

Como estratégia de vida, e também devido a características de sua faixa etária, a adolescência, agrupam-se com àqueles com quem se identificam. No grupo, surgem códigos, ‘leis’ e novas estratégias. Nesse percurso, o uso de substâncias psicoativas torna-se algo a ser realizado com e pelo grupo, configurando-se esse uso como condição de aceitação em tal espaço. Evidentemente, esta não é uma característica de toda criança em situação de rua; não se trata de uma generalização indiscriminada, até porque alguns deles não moram nas ruas, e

destes, grande parte as utiliza como meio de busca de rendimentos, através do mercado informal e da mendicância ou, ainda, está no processo acima citado, de idas e vindas, com preservação de vínculos familiares. Contudo, mesmo entre aqueles que moram nas ruas, não podemos generalizar o uso das substâncias psicoativas. Pode-se afirmar apenas que estas são largamente utilizadas no espaço da rua como uma das estratégias para nela se viver.

O abrigo em questão atende meninos e meninas que moram nas ruas e pedem, por iniciativa própria e/ou a partir do trabalho de educadores de outros projetos sociais, para serem abrigados.

A partir daí, inicia-se o desafio do abrigo de configurar-se como casa, a casa de seus abrigados, respeitando-os e oferecendo-lhes novas possibilidades, que incluem os limites para a convivência. Para tanto, optou-se pela constituição de instituição pequena, atendendo 16 crianças e adolescentes, em contraposição às macro-instituições tradicionais da área – os orfanatos, lares e asilos infantis. Experiências positivas de abrigos demonstram a possibilidade de um trabalho individualizado e que impeça, ou pelo menos reduza, a produção de marcas e estigmas da institucionalização na população atendida (Marcondi, 1997).

A construção de um paradigma de casa passa necessariamente pela construção da convivência e do respeito ao outro. E como construir a convivência? Este tem sido nosso desafio.

A linguagem reconhecida e utilizada pelos meninos e meninas caracteriza-se, inicialmente, pela violência. A resolução dos conflitos cotidianos se dá por meio da violência física, na maioria das vezes direcionada a eles próprios e, em outros momentos, aos funcionários da casa. Como mudar esta forma de expressão?

O uso de substâncias psicoativas não se encerra a partir da acolhida pelo abrigo, e o uso abusivo a que se submetem traz conseqüências. Este é outro ponto desafiador para o trabalho. Como reduzir os danos a que estão sujeitos? Como fazê-los preservar a casa em que estão, respeitar os demais, não fazer uso daquelas substâncias dentro da casa, sem que para isso seja necessária a instituição de regras e procedimentos excludentes?

Estas são tarefas que nos fazem buscar a possibilidade de metodologias de trabalho que sejam construídas conjuntamente com os adolescentes.

A convivência e a mudança de paradigmas das relações pessoais

No trabalho realizado pelos funcionários da casa adotou-se como base teórica a "Pedagogia da Presença", desenvolvida por Antônio Carlos Gomes da Costa (1997). Trata-se da utilização do princípio da presença constante, da crença nos valores positivos de toda criança, e do estruturar-se a partir de práticas e vivências cotidianas.

Realizamos discussões conjuntas dos episódios ocorridos, através das 'rodas de conversa', para a busca de regras e limites a serem respeitados na casa. São momentos de exercício de democracia e de participação naquela construção conjunta; são tentativas de interação dos operadores sociais com os moradores da casa. Observamos que é necessária a intermediação do operador social na elaboração destes espaços, pois os meninos e meninas são extremamente exigentes consigo mesmo e, em geral, propõem regras e procedimentos inflexíveis aos quais, provavelmente, eles próprios não conseguiriam aderir. Contudo, a partir da intervenção do operador social como um facilitador do processo, temos visto que as decisões tomadas em conjunto são mais respeitadas e revertem frutos mais positivos para o cotidiano da casa.

Entretanto, várias situações relacionadas à convivência e ao cotidiano têm que ser trabalhadas no nível individual, buscando a compreensão do conflito e a violência praticada naquele momento. Isto tem resultado na flexibilização de algumas regras estabelecidas e no retorno da discussão em grupo. Temos observado que é este ir e vir, decidir e flexibilizar, com intervenções individuais e grupais, com acordos e 'barganhas', que tem possibilitado a lenta

construção cotidiana da convivência em outros patamares, diferentes daqueles anteriormente experimentados por nossas crianças e adolescentes.

Todavia, vivenciamos também situações limite, nas quais as regras são desrespeitadas, os acordos são rompidos, a flexibilização chega a pontos insustentáveis e onde nos vemos obrigados a desligar o adolescente da casa ou, ainda, deparamo-nos com sua evasão. São momentos difíceis, mas que refletem perdas e ganhos presentes em todo processo social.

O modelo de casa não é algo incorporado na experiência destas crianças e adolescentes, principalmente para aqueles que passaram um grande período nas ruas (algumas vezes períodos superiores a muitos anos). Propor uma rotina dentro da qual se deve acordar e fazer as refeições em um mesmo horário, respeitar limites, cuidar de suas coisas, dentre outras tantas tarefas e obrigações é, para alguns, uma transição muito difícil em relação à vida na rua. Para estes meninos e meninas a evasão acaba, muitas vezes, sendo a alternativa.

Outro aspecto a ser trabalhado é que o modelo introjetado e vivenciado por eles em suas casas de origem nem sempre é de experiências positivas e todos os sentimentos então 'armazenados' são transferidos para o novo espaço.

Como é possível perceber, os desafios e percalços a serem enfrentados ainda são muitos. As crianças e adolescentes que se afastam da casa nos deixam o questionamento acerca da melhor abordagem para a consecução de um elemento tão básico para todo ser humano: a convivência. Acreditamos que é a partir da construção conjunta e facilitada que novos valores poderão ser elaborados e incorporados.

## Resultados e discussão

O uso e abuso de substâncias psicoativas – A Redução de Danos enquanto alternativa de trabalho

A proposição da abstinência como forma de tratamento configurou-se por algum tempo como única alternativa para aqueles que decidiam tentar uma mudança de comportamento com relação ao uso abusivo e/ou dependência. É ainda uma linha de trabalho bastante utilizada, principalmente nos modelos de comunidades terapêuticas, gerando resultados positivos para alguns e também acarretando desistência de outros por inadaptação.

O final da década de 80 assistiu à proliferação da AIDS e foram iniciadas campanhas de prevenção a todos os denominados, naquele momento, grupos de risco. Importa destacar que o conceito de grupo de risco não é mais utilizado, uma vez que todos estamos sujeitos à contaminação pelo HIV. Contudo, os usuários de drogas, dentre outros, eram vistos como 'grupo de risco' devido à utilização de drogas injetáveis e à transmissão pelo compartilhar de seringas.

A Redução de Danos enquanto programa em saúde foi sistematizada inicialmente na Holanda, nos anos 80, por iniciativa de uma associação de usuários de drogas preocupada com a disseminação da hepatite e do HIV entre os usuários de drogas injetáveis. No Brasil, o primeiro programa foi iniciado em Santos, em 1989; este programa, entretanto, foi interrompido por decisão judicial. Em 1995, surgiu um novo programa de Redução de Danos, em Salvador-BA, com a realização de troca de seringa entre os usuários de drogas injetáveis. Em 1998, foi sancionada em São Paulo uma lei estadual de legalização da troca de seringas. Atualmente é um dos programas que compõem as ações do Ministério da Saúde (Brasil, 2001).

Esta nova forma de se pensar o problema do uso de drogas e seus danos e conseqüências foi sendo ampliada para os diversos aspectos do uso e abuso de substâncias psicoativas em geral. Dessa forma, iniciaram-se abordagens de tratamento que prevêm a redução dos danos a partir da diminuição do uso ou da substituição da droga utilizada, sem a proposição da abstinência enquanto forma única de tratamento.

Os meninos e meninas em situação de rua são reconhecidos como extremamente vulneráveis ao consumo de drogas, conforme é esclarecido acima. As estratégias de abordagem para discussão das conseqüências deste uso são de difícil alcance, uma vez que o valor da vida é muito fugidio e o imediatismo do 'aqui e agora' prevalecem em seu cotidiano. Sendo assim, a proposição de um trabalho que tenha como base a metodologia da redução de danos vem caracterizando-se como uma alternativa para a discussão com os adolescentes sobre o universo das drogas e suas conseqüências e para a redução lenta e gradual de seu uso, esta nem sempre possível.

No cotidiano do abrigo, a droga é pauta diária, e o assunto é muitas vezes trazido pelos próprios meninos e meninas. A construção de um sentimento de preservação da casa, o respeito ao outro e o não uso naquele espaço é uma tentativa para a qual vamos lentamente nos direcionando. Trabalhamos em parceria com um serviço da Secretaria Municipal de Saúde que oferece acompanhamento médico, psicológico, terapêutico ocupacional, bem como oficinas; todas estas atividades permeadas pelo trabalho com a redução de danos e direcionadas prioritariamente para os meninos e meninas em situação de rua. Temos conseguido, assim, dar ao abrigo uma atmosfera de casa e configurar um espaço de atendimento externo para abordagem direta dos encaminhamentos individuais, dentre eles, a questão do uso de drogas.

Enfrentamos, como seria de se esperar, episódios de recebimento de meninos após a utilização de drogas, de saídas não autorizadas e retornos, de entrada de substâncias na própria casa, estes são fatos cotidianos. Contudo, sabemos que não é a exclusão destes meninos do abrigo que implicará no cuidado e no acolhimento necessários para que ele possa tentar mudar seu comportamento de risco. Trabalhamos na busca de outras alternativas prazerosas e na criação de projetos pessoais que possam concorrer com a rua e seus atrativos, como é o caso da droga.

Temos, portanto, encontrado no método de abordagem via redução de danos possibilidades para a aproximação com estes meninos e meninas, bem como a tentativa da minimização dos riscos bio-psico-sociais a que estão sujeitos. É, sem dúvida, um caminho repleto de contradições.

## Conclusões

As reflexões aqui apresentadas têm o intuito de relatar o desafio de uma instituição caracterizada como abrigo tornar-se uma casa para meninos e meninas em situação de rua. No processo dessa construção cotidiana, são eles os atores protagonistas das metodologias de intervenção participativas para e com eles próprios.

As questões enfrentadas configuram-se a partir da tentativa da construção da convivência, da minimização de danos advindos do uso abusivo de substâncias psicoativas, e da criação de projetos de vida que possibilitem o vislumbre de novos horizontes. Proposta bastante audaciosa, uma vez que nos encontramos em uma sociedade capitalista estruturada a partir da exclusão social, com uma cultura de competitividade e com espaços cada vez mais escassos para as relações e trocas afetivas.

O abrigo, a despeito de seus estigmas históricos, apresenta-se muitas vezes como o único local, mesmo que temporário, para a permanência dos meninos e meninas.

Esta constatação se dá no âmbito de uma realidade social que produz a desigualdade e a conseqüente desfiliação destes meninos e meninas. Esta realidade demanda uma leitura e um entendimento que supere paradigmas reducionistas e superficiais que enfocam nesta problemática somente aspectos restritos ao indivíduo ou a sua família. A nosso ver, é necessário que se trabalhe no desenvolvimento de instrumentos mais adequados para a interpretação da realidade pessoal-social e, também, de guias para a intervenção individual, coletiva e social em um universo complexo em suas interações e interconexões.

#### Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. Manual de redução de danos. Brasília : Ministério da Saúde, 2001.
- BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. São Paulo : Cortez, 1990.
- CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Org.) SaúdeLoucura, n.4. São Paulo : Hucitec, 1994. p. 21-48
- COSTA, A.C.G. Pedagogia da presença: da solidão ao encontro. Belo Horizonte : Modus Faciendi, 1997.
- GRACIANI, M.S.S. Pedagogia social de rua. 4a. Ed. São Paulo : Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.
- LOPES, R. E. et al. Histórias de vida: a ampliação de redes sociais de suporte de crianças em uma experiência de trabalho comunitário. O Mundo da Saúde, São Paulo - SP, v. 26, n. 3, p. 426-434, 2002a.
- LOPES, R. E., BARROS, D. D., MALFITANO, A. P. S., GALVANI, D., BARROS, G. D. O vídeo como elemento comunicativo no trabalho comunitário. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar. São Carlos: v.10, n.1, p.61 - 72, 2002b.
- MARCONDI, M.A. (Org.) Falando de abrigo: cinco anos de experiência do Projeto Casas de Convivência. São Paulo : FEBEM, 1997.
- MINAYO, M.C.S. e RAMOS, E. (Orgs.) Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro : Fiocruz, 2003.
- PRIORE, M. del (Org.) História das crianças no Brasil. São Paulo : Contexto, 1999.